

## A livraria Banca da Cultura do CRUSP – uma história<sup>1</sup>

Sandra REIMÃO<sup>2</sup>  
Flamarion MAUÉS<sup>3</sup>  
João Elias NERY<sup>4</sup>

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

### Resumo

A Banca da Cultura foi fundada em fevereiro de 1967 e manteve-se em funcionamento no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) até 17 de dezembro de 1968, quando tropas do II Exército invadiram, esvaziaram e ocuparam o Conjunto. A Banca era um setor do departamento cultural da Associação Universitária Rafael Kauan (AURK), fundada em 1967, e assim denominada em homenagem ao líder estudantil cruspiano falecido em 1963. Além de livros, a Banca comercializava jornais, revista e cartazes. Diversos estudantes desempenharam as funções administrativas da Banca. Esse texto busca reconstruir a história da Banca da Cultura a partir de duas perspectivas: 1) a do Relatório do Inquérito Policial Militar instaurado após a invasão, e 2) a de Fernando Mangarielo, seu último livreiro. Ambos ressaltam a importância da circulação dos livros naquele momento

**Palavras-chave:** censura; ditadura militar; Brasil; CRUSP.

### Introdução

A Banca da Cultura funcionava no prédio do Centro de Vivência do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP); era uma livraria que também comercializava jornais, revistas e cartazes. A Banca da Cultura, fundada em fevereiro de 1967, manteve-se em funcionamento até 17 de dezembro de 1968, quando tropas do II Exército invadiram, esvaziaram e ocuparam o CRUSP. O CRUSP era, naquele momento, um importante centro do movimento estudantil na cidade de São Paulo<sup>5</sup>.

### 1. Sobre a Cidade Universitária e o CRUSP

Em 25 de janeiro de 1934 Armando de Salles Oliveira, interventor federal atuando como governador do Estado de São Paulo, assinou o decreto de fundação da Universidade de São Paulo. Este ato inicia a concretização de uma ideia gestada desde os anos 1920 por

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Produção Editorial do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação 2014.

<sup>2</sup> Sandra Reimão é docente na Universidade de São Paulo (USP). sandra.reimao@gmail.com

<sup>3</sup> Flamarion Maués é doutor em História pela USP e pós-doutorando na mesma Universidade com bolsa FAPESP. flamaues@gmail.com

<sup>4</sup> João Elias Nery é doutor em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutorando na USP. Docente na FAPCOM (Faculdades Paulus de Tecnologia e Comunicação), São Paulo, São Paulo. jenery@gmail.com

<sup>5</sup> Os autores agradecem a Felipe Quintino e Ana Carolina Castro a colaboração no recolhimento de dados.

um grupo de jornalistas, políticos e intelectuais, agregados em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*. Este grupo acreditava que a partir do “imperialismo benéfico de São Paulo” (Júlio de Mesquita filho *apud* CARDOSO, 1982, p. 39) seria possível articular um projeto de regeneração política da nacionalidade brasileira. Era a ideia da Comunhão Paulista – construir um projeto político renovador para o país a partir do Estado de São Paulo.

Era fundamental para a Comunhão Paulista pensar um sistema universitário para formar elites e para recuperar a hegemonia do Estado de São Paulo, abalada pela Revolução de 1930 e, mais tarde, também pela Revolução Constitucionalista de 1932, também chamada de Guerra Paulista (CARDOSO, 1982, p. 92).

A USP inicia-se agregando escolas superiores já existentes, destacadamente a Faculdade de Direito, fundada em 1827, a Escola Politécnica, de 1893, a Escola Agrícola Prática de Piracicaba (atual Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), de 1901, e a Faculdade de Medicina, de 1912.

O mesmo ato de fundação da USP também instituiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), para articular e vincular as diversas escolas por meio de cátedras comuns. A FFCL, além dos cursos de filosofia e letras, abrigava as cátedras que deram origem aos cursos de física, matemática, química e ciências biológicas.

O grupo liderado por Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo, que concebeu e redigiu o projeto USP, pensou a universidade como uma estrutura orgânica (CARDOSO, 1982, p. 59).

A ideia de uma cidade universitária para facilitar a articulação entre as escolas e a formação de uma base comum é um tema que já aparecera em 1935, quando o governador Armando de Salles Oliveira nomeou uma comissão para “escolher o local para a concentração de toda a Universidade”: foi escolhido o local onde hoje se localiza o *campus* Butantã – a então fazenda Butantã foi adquirida em 1941 (BARROS, dez./ fev. 2002-2003, p. 166). Em 1965 esse *campus* passou a se chamar Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira.

As primeiras construções no novo *campus* foram do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), na década de 1940, e do Departamento de Física, inaugurado em 1951. Na década de 1960 várias novas edificações foram realizadas, entre elas aquelas destinadas à residência de alunos.

Construído para abrigar os atletas estrangeiros que disputariam os IV Jogos Pan-Americanos, e, em seguida, se tornar residência estudantil, os primeiros blocos do CRUSP

ficaram prontos em 1963. Um projeto ousado, em concreto pré-fabricado com capacidade total para 2 mil pessoas, concebido por Eduardo Knesse de Mello, Joel Ramalho Jr. e Sidney de Oliveira, o CRUSP era, à época, uma grande inovação arquitetônica, pioneiro na utilização de elementos pré-fabricados em grande escala no país (RAMOS, 2010, *on line*).

Terminadas as competições, como houvesse atraso para liberação dos prédios, estudantes invadiram inicialmente trinta apartamentos e, depois, alguns andares. Os estudantes eram liderados por Rafael Kauan, que faleceu alguns meses depois. A seguir, após a invasão, o Instituto de Saúde e Serviço Social da USP (ISSU), passou a administrar o CRUSP e a gerir sua ocupação.

Desde 1963 houve vários confrontos entre os cruspianos e o ISSU. Entre eles, a “Greve do fogão” em 1965, movimento dos moradores do CRUSP contra a elevação do preço cobrado pelas refeições e pelo alojamento (CRUSP68, 2008, *online*). Em abril de 1967 os residentes fundam a Associação Universitária Rafael Kauan (AURK), assim denominada em homenagem ao estudante líder da invasão de 1963.

Em 3 de outubro de 1968 ocorreu a chamada “batalha da Maria Antonia” – ataque a estudantes e ao prédio da USP localizado na Rua Maria Antonia, número 294, por alunos da Universidade Mackenzie, que funcionava em frente, do outro lado da rua. Nesta batalha um estudante secundarista foi morto e dezenas feridos. Em artigo recente, Irene Cardoso ressalta que o enfrentamento foi entre estudantes, mas foi “organizado paramilitarmente pelo Comando de Caça aos Comunistas, o CCC”, e acrescenta que “Houve omissão também da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e das autoridades universitárias mais altas na hierarquia institucional” (CARDOSO, 2013, p. E7).

Depois da batalha e da invasão policial que depredou as instalações da Maria Antonia que abrigavam cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP desde 1949 (antes disso, a FFCL funcionou em um casarão na esquina da Alameda Gleite com Rua Guaianases, no bairro Campos Elíseos), os prédios foram esvaziados e os cursos que lá funcionavam foram transferidos para a Cidade Universitária.

A transferência dos cursos da Rua Maria Antonia para a Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira fez com que vários alunos buscassem moradia no CRUSP. O CRUSP se consolida, a partir daí, como “o centro do movimento estudantil na cidade de São Paulo” (COUTO, 1986, vídeo-documentário). Como lembra Alípio Freire, “o CRUSP era um importante centro de efervescência, discussão e ação política” nesse período.

Em 17 de dezembro de 1968, quatro dias depois da decretação do Ato Institucional número 5 – que marca o início do período mais violento da ditadura militar brasileira –, o CRUSP foi invadido por forças do exército e seus moradores presos. Havia, à época, cerca de 1.400 moradores no CRUSP: as estimativas são de que entre 800 e 1.000 estudantes foram presos.

Depois da invasão militar e do esvaziamento de 1968, o CRUSP só voltaria a ser usado novamente como moradia de estudantes de graduação mais dez anos depois, em 1979.

A livraria Banca da Cultura localizava-se no prédio do Centro de Vivência do CRUSP. Fundada em fevereiro de 1967, manteve-se em funcionamento até 17 de dezembro de 1968, data da ocupação do CRUSP por tropas do II Exército.

## **2. A livraria Banca da Cultura no Inquérito Policial Militar**

Com o CRUSP esvaziado e interdito, o general comandante do II Exército instaurou, em 18 de dezembro de 1968, através da portaria nº 15SJ, IPM para “apurar os fatos relacionados com as diligências levadas a efeito na manhã do dia 17 de dezembro de 1968, no conjunto Residencial da Universidade de São Paulo”. O coronel Sebastião Alvim foi encarregado de conduzir o IPM e o Relatório ficou a cargo do segundo sargento Carino Zanin.

O Relatório do IPM CRUSP encontra-se disponível para consulta no Arquivo Público do Estado de São Paulo e graças a ações do movimento MovE Brasil há também uma versão digital na internet (CRUSP68, 2008, *on line*).

O Relatório do IPM CRUSP é documento de 85 páginas. Depois de duas capas, na página 3 relatam-se as condições em que foram feitas as investigações que constam do documento; faltam as páginas 4 e 5. Levando-se em conta o documento a partir da página 6, tem-se o seguinte sumário:

- III – Agitação Subversiva (1 - A greve de 1965; 2 - Invasão e ocupação do Bloco F; 3 - Portaria GR-373; 4 - Invasão e ocupação do Bloco G; 5 - Crimes de Sequestro; 6 - Ocupação da Administração do ISSU);
- IV – Propaganda Subversiva (1 - AURK; 2 - Banca da Cultura; 3 - Show CRUSP; 4 - Centrinhos; 5 - Grêmios da Filosofia);
- V – Subversão no Ensino Secundário;
- VI – Segurança dos subversivos;
- VII – Infiltração Comunista;
- VIII – Guerrilha Urbana;
- IX – Dissolução dos Costumes;

X – Conclusões;

XI – Agentes da subversão (discriminação por nomes)

No Relatório do IPM CRUSP as atividades da Banca da Cultura encontram-se no capítulo IV – Propaganda Subversiva, junto com outras instâncias consideradas como realizadoras da “propaganda subversiva no CRUSP: a Associação Universitária Rafael Kauan, o Show CRUSP, os Centrinhos e o Grêmio da Filo-USP”.

O Relatório começa elencando itens que, a seu ver, fizeram do CRUSP o “grande centro subversivo de São Paulo”: 1. Grande massa de estudantes; 2. Estudantes politizados de várias escolas; 3. Falta de autoridade “para coibir reuniões” e presença de líderes “agitadores”; 4. Segurança das instalações contra uma “ação policial”. Citando:

A grande massa de estudantes nele residentes, procedentes do interior de São Paulo e outras regiões do país; ponto de contato de alunos de várias escolas e politizados pelos seus grêmios e “centrinhos”; a falta total de autoridade que coibisse a realização de reuniões e assembleias com a presença de líderes notoriamente agitadores esquerdistas que aliciavam e incitavam os residentes à desordem; a segurança proporcionada contra a eventualidade de uma ação policial e as excelentes condições das instalações para a concentração da massa estudantil; tudo isto concorria para que o CRUSP fosse o local indicado para a concentração das atividades do Movimento Estudantil e fosse transformado no grande centro subversivo de São Paulo. (Relatório IPM CRUSP).

No que se refere a livraria Banca da Cultura, as acusações podem ser condensadas em três pontos: 1) A livraria Banca da Cultura participava do Movimento Estudantil “pela venda de grande quantidade de livros políticos de cunho marxista-leninista (...), e livros de guerrilhas (...) e todo tipo de literatura, dissolvente dos costumes nacionais, pela propaganda do materialismo e sexualismo, *procurando como objetivo atingir a ‘conscientização política’ dos residentes no CRUSP* (grifo nosso); 2) A Banca da Cultura deixava expostos “jornais e revistas dos diversos matizes ideológico, esquerdizantes, procedentes de organizações estudantis espúrias”; 3) A Banca da Cultura teria atuado como um órgão coordenador de finanças do Congresso da UNE de 1968.

Segundo o Relatório do IPM CRUSP, depois de esvaziado o CRUSP os encarregados do Inquérito promoveram a liquidação da mesma – devolveram livros em consignação e quitaram as dívidas.

O Inquérito ressalta duas editoras, Civilização Brasileira e Escriba, e uma livraria, a Francesa, como fornecedoras de livros para a Banca da Cultura.

O fechamento da livraria Banca da Cultura do CRUSP insere-se em uma longa lista de atos violentos de repressão à liberdade de expressão e de opinião ocorridos durante a ditadura militar brasileira.

No universo dos livros, essa repressão representou a censura à publicação e circulação cerca de 140 livros de autores brasileiros e 210 livros de autores estrangeiros (REIMÃO, 2011).

Quatro meses após a invasão do CRUSP por tropas militares, houve a segunda leva de cassações de professores da USP. A primeira havia sido em 1964, quando no segundo semestre foram instaurados IPMs em várias unidades da USP. O IPM da Faculdade de Medicina levou à demissão de sete professores: Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Pedro Henrique Saldanha, Júlio Puddles, Erney Felício Plessman de Camargo, Reynaldo Chiaverini, Luiz Rey e Thomas Maack.

Em 28 de abril de 1969 foram aposentados por decreto os docentes da USP Florestan Fernandes, Jayme Tiomno e João Batista Villanova Artigas. O reitor em exercício, Hélio Lourenço de Oliveira, manifestou-se em protesto contra essas demissões, o que resultou em novo decreto, dois dias depois, dirigido especialmente contra a USP. Nele, se aposentavam, ou demitiam quando fosse o caso, o reitor em exercício e mais 23 professores. Os cassados foram:

Alberto de Carvalho da Silva

Bento Prado Almeida Ferraz Junior

Caio Prado Junior (livre-docente pela USP, sem vínculo empregatício)

Elza Salvatori Berquó

Emília Viotti da Costa

Fernando Henrique Cardoso

Hélio Lourenço de Oliveira (reitor em exercício)

Isaías Raw

Jean Claude Bernardet

Jon Andoni Vergareche Maitrejean

José Arthur Gianotti

Júlio Puddles (já havia sido demitido em 1964 no IPM da Faculdade de Medicina)

Luiz Hildebrando Pereira da Silva

Luiz Rey (já havia sido demitido em 1964 no IPM da Faculdade de Medicina)

Mário Schenberg

Octávio Ianni

Olga Baeta Henriques (pesquisadora no Instituto Butantã)

Paula Beiguelman

Paulo Alpheu Monteiro Duarte

Paulo Israel Singer

Paulo Mendes da Rocha

Pedro Calil Padis (professor de Economia da FFCL de Araraquara)

Reynaldo Chiaverini (médico do Hospital das Clínicas)

Sebastião Baeta Henriques (pesquisador no Instituto Butantã)

### **3. A Banca da Cultura nas palavras do livreiro Fernando Mangarielo**

Fernando Celso de Castro Mangarielo, estudante de Estudos Orientais, mudou-se para o CRUSP no final de 1967, quando o curso foi transferido dos prédios da Rua Maria Antonia para a Cidade Universitária. Citando: “no final de 1967 (...) O curso mudou para o prédio de História, e eu fui admitido no CRUSP. Participei lá da invasão do Bloco F, depois do Bloco G, onde fiquei morando até a expulsão pelo Exército, que ocupou e expulsou todo mundo” (Entrevistas aos autores concedidas em junho de 2013 – fonte para todas as falas de F. Mangarielo).

Por ter alguma experiência com livros – havia trabalhado na Livraria Denucci, no Centro de São Paulo – Mangarielo foi convidado para cuidar da Banca da Cultura. Ele e Francisco Renzo Pereira Goulart constituem a última diretoria da livraria:

Eu era o responsável pela livraria (...). No CRUSP (...) havia um centro de vivência, era uma área imensa ao lado do bar. (...)

Entreí porque houve uma troca de diretoria. Souberam que eu era do ramo do livro, aí fui ajudar o meu amigo que era o chefe geral do CRUSP, o Celso Néspoli Antunes, e ele me convidou para fazer um trabalho de organização da Banca da Cultura. Fui trabalhar junto com o Francisco [Renzo Pereira Goulart], que era da História.

Mangarielo relata como, ao ganhar a confiança de diversos editores, acertando dívidas anteriores e propondo novos negócios, conseguiu que a Banca da Cultura crescesse e se tornasse uma grande livraria:

E eu era muito presente (...) eu tinha o tempo todo para atender os livreiros que me conheciam, que visitavam a livraria para vender livros. Alguns deles tinham o hábito de chegar cedo, e eu ainda estava dormindo no meu apartamento e recebia muitos deles, foi sempre informal. E aquilo prosperou.

Aí eles diziam: “Fernando, agora que você está aqui vamos confiar. Como é que você pode pagar?”. Eu sugeri que fossem feitas feiras de livros dentro das outras faculdades para agilizar o giro do capital. Foi isso o que fizemos, levantamos o dinheiro e pagamos o que devíamos. Ganhei o respeito de todos (...). Aí surgiu a confiança (...). Então, aí foi o mundo dos livros.

Sobre a confiança dos editores, Mangarielo relata que a livraria chegou mesmo a comercializar em 45 dias praticamente uma edição inteira, 1.500 exemplares, de *O Estado e a revolução* (autoria de Lenin, publicado pela editora Diálogo, de Niterói, de propriedade de Aníbal Bragança), e que a partir daí o acesso aos editores ficou bem fácil. “Todos os editores, quando viram o sucesso da editora Diálogo, os grandões das editoras iam lá. Da Companhia Editora Nacional, antes ia o vendedor, depois o chefe dos vendedores de São Paulo ia lá. E depois o diretor”.

A livraria Banca da Cultura ficava dentro do Centro de Vivência, perto do restaurante universitário, conhecido como bandeirão. Alunos e professores da USP eram os compradores da livraria:

Os compradores, os clientes, eram alunos, professores e tudo mais... Eram as pessoas que vinham almoçar no bandeirão (...) O pico das vendas era no almoço e no jantar. (...) Inclusive começávamos 9 horas, 10 horas, por isso que o livreiro que chegava cedo eu atendia no meu apartamento... No CRUSP nós éramos uns 800 a 1.100 alunos, (...) se servia 3 mil, 4 mil refeições por dia.

Sobre as editoras e os títulos comercializados, Mangarielo ressalta que a livraria “deveria ter mais ou menos de 3 mil a 3.500 títulos” e que a Editora Civilização Brasileira era a mais presente, ao lado de Zahar, Brasiliense, José Olympio, Saga e Sabiá:

A Civilização Brasileira liderava tudo aquilo... Porque ela tinha literatura, tinha História, tinha Filosofia, tinha tudo. Mas havia a Zahar, a Brasiliense, a José Olympio, eu me lembro de conversas com o vendedor da José Olympio, com o diretor dela... A Saga, a Sabiá.

A presença de outros livreiros na cidade universitária no ano de 1968 é uma lembrança clara para Mangarielo:

Existiam também livreiros independentes. (...) No prédio de Química tinha um, na Física, na Matemática, na Poli tinha dois, três... Na História era o Raul [Mateos Castell]. Na Psicologia (...) deveria haver, nessa época, uns quinze livreiros na Cidade Universitária. *Porque havia pessoas que tinham militância política no livro.* (grifo nosso)

Mangarielo permaneceu por cerca de onze meses como livreiro da Banca da Cultura, até a invasão do CRUSP pelo Exército: “A Banca estava lá, funcionando. O Exército chegou às 4 horas da manhã do dia 17 de dezembro de 1968, e ouvi o barulho dos tanques...”.

Anos depois, em 1973, Fernando Mangarielo fundará, junto com sua esposa Claudete, a editora Alfa-Ômega, que até hoje tem por objetivo publicar “o pensamento crítico”:

O que me fez ter consciência crítica (...) é que eu sei o grau de utilidade social que tem a editora e que tem a minha profissão. Meu objetivo é publicar livros que tragam um aumento da consciência científica em primeiro lugar, da consciência crítica em segundo. Porque eu não posso esquecer do CRUSP, daquela efervescência, nunca vou esquecer disso.



Nas memórias do ex-morador do CRUSP Mouzar Benedito, o caráter crítico e político dos livros presentes na Banca da Cultura era evidente:

No fundo do Centro de Vivência, ficava a Banca da Cultura (...) Dirigida pelo estudante Fernando Mangarielo, atual proprietário da Editora Alfa-Ômega, na época mais conhecido pelo apelido Fernando Moscou, simpático e amigo de todo mundo, se me lembro bem os preços ali eram menores que nas livrarias tradicionais e era possível pagar em prestações. Se me lembro bem, reafirmo. Não me lembro se existiam livros “comuns” na banca da cultura. Eu só ia lá para comprar livros políticos, de esquerda. (Entrevista aos autores).

### **Anotação final**

A frase: “Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas; os livros só mudam as pessoas”, costuma ser atribuída ao político romano Caio Graco (154 a.C. – 121 a.C.). Por caminhos totalmente diversos, partindo de pressupostos e posições políticas diferentes e conflitantes e em arcabouços ideológicos antagônicos, tanto o documento do II Exército quanto o livreiro Mangarielo parecem concordar com esta afirmação.

O Relatório do Inquérito Policial Militar sobre o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo 1968-1969 indicou o CRUSP, em 1968, como o “grande centro subversivo de São Paulo” e ressaltou claramente a participação da livraria Banca da Cultura “dentro do Movimento Estudantil” e sua atuação em “atingir a ‘conscientização política’ dos residentes no CRUSP”.

Por seu turno, o livreiro Fernando Mangarielo também declara ver na cultura impressa, nos livros, uma possibilidade de “aumento da consciência crítica” e afirma que há editores e livreiros que fazem “a militância política no livro”.

Ainda sobre as acusações da Polícia Militar quanto às atividades “subversivas” no CRUSP, citemos que de 17 a 26 de janeiro de 1969 houve no centro de São Paulo, no saguão dos Diários Associados, à Rua 7 de Abril, número 230, uma exposição aberta ao público do “material subversivo apreendido no CRUSP”. Na apresentação prévia à imprensa, o material estava organizado em categorias; na categoria “doutrinação” constavam livros, panfletos e jornais. Entre os livros expostos estavam, entre outros, além de obras de Marx e Engels, *Estado e Capitalismo*, de Octavio Ianni, *O Poder Jovem*, de Arthur José Poerner, *Dialética do desenvolvimento*, de Celso Furtado e vários números da *Revista Civilização Brasileira* (“II Exército exhibe material que apreendeu na ocupação do CRUSP”. *Folha de S.Paulo*, 22.12.1968, 1º Caderno, p. 8).

Roger Chartier em *Origens sociais da Revolução Francesa* discute a hipótese de que os livros podem ter sido estruturantes na Revolução de 1798. Chartier parte de textos de Alexis de Tocqueville, Hippolyte Taine e Daniel Mornet, autores que acreditam que “carregadas pela palavra impressa, as novas ideias conquistavam a mente das pessoas, moldando sua forma de ser e propiciando questionamentos” e, portanto, “se os franceses do final do século XVIII moldaram a Revolução foi porque haviam sido, por sua vez, moldados pelos livros” (CHARTIER, 2009, p. 115).

Chartier afirma que a expansão do hábito de leitura século XVIII foi acompanhada de uma nova maneira de ler, menos sacralizada, mais analítica e reflexiva (ver CHARTIER, 2009, p. 145-146) e que essa atitude questionadora por parte dos leitores constitui o quadro geral em que se deu a força do livro como instrumento de mudanças sociais profundas. Ou seja, segundo Chartier a expansão da leitura autonomamente reflexiva foi condição para que os leitores do século XVIII, na França, pudessem compreender e apreender o caráter revolucionário das novas ideias que circulavam através dos livros.

Com as devidas ressalvas e proporções, pode-se dizer que no ano de 1968, no CRUSP, centro do movimento estudantil na cidade de São Paulo, o ambiente de discussão cultural e política constituía um solo fértil para que ideias críticas, inclusive as registradas e transmitidas por meio impressos, florescessem, se fortificassem e expandissem. A história da livraria Banca da Cultura no CRUSP nos leva a pensar no papel social e cultural que os livros, as editoras que os publicam e os livreiros que os vendem podem desempenhar – e efetivamente desempenham – nos embates políticos e ideológicos que se travam em certos momentos e condições históricas específicas, quando assumem certo protagonismo.

## Referências bibliográficas

BARROS, Lidia Almeida. “A toponímia oficial e espontânea na Cidade Universitária – campus Butantã da USP”. *Revista USP*, São Paulo, n. 56, dez./fev. 2002-2003.

CARDOSO, Irene R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

CARDOSO, Irene. “Passado e presente desfocados”. *O Estado de S. Paulo*, 6 de outubro de 2013, p. E7.

CHARTIER, Roger. *Origens sociais da Revolução Francesa*. Tradução G. Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

COUTO, A *experiência cruspiana*, vídeo-documentário. 1986. *On line*: <http://www.youtube.com/watch?v=G3ri0tbC2HM>. Acesso em 11.10.2013.

CRUSP68 – Memórias, Sonhos e Reflexões. 2008. *On line*: <http://www.ebooksbrasil.org/crup/Crup68.html>. Acesso em 11.10.2013.

FREIRE, Alípio. “Leituras e representações do ano de 1968 no Brasil – algumas anotações”. *Pro-Posições*, v. 19, n. 3 (57), set./dez. 2008.

MOTOYAMA, Shozo (org). *USP 70 anos. Imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.

RAMOS, Renata Santiago. “Alojamento universitário como lugar no campus, caso CRUSP”. *I ENANPARQ - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 2010. *On line*: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/106/106-629-1-SP.pdf>. Acesso em 11.10.2013.

*RELATÓRIO IPM CRUSP 1968-1969*. *On line*: <http://movebr.wikidot.com/crup:ipm-68>. Acesso em 11.10.2013.

REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

“II Exército exhibe material que apreendeu na ocupação do CRUSP”. *Folha de S.Paulo*, 22.12.1968, 1º Caderno, p. 8.

Entrevistas aos autores - Fernando Mangarielo. São Paulo, junho 2013.

Entrevistas aos autores - Mouzar Benedito. São Paulo, setembro e outubro 2013.